

MANIFESTAÇÃO RECURSAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2023

I – RELATÓRIO

Trata-se de certame licitatório sob a modalidade Tomada de Preços a qual o objeto visa a *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE MANEJO DA APA RIBEIRÃO DO LAJE – CARATINGA /MG.*

Na sessão de 06/06/2024 foi proferida decisão que inabilitou os licitantes **ECOSSISTEMA CONSULTORIA AMBIENTAL** e **ECOSOUL PLANEJAMENTO, CONSULTORIA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA** por não terem apresentado o CRC – Certificado de Registro Cadastral.

Desta decisão houve a interposição de recurso administrativo pela empresa **ECOSSISTEMA CONSULTORIA AMBIENTAL** que alega, em síntese, que a apresentação dos documentos exigidos 8.9 a 8.12 substituiria o CRC.

Em contrarrazões o licitante **VISÃO AMBIENTAL CONSULTORIA LTDA** alega que o item 3.1 do Edital determina a apresentação do CRC para fins de participação na Tomada de Preços, bem como, o artigo 22, § 2º da Lei n. 8.666/93.

Em síntese, o relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A modalidade Tomada de Preços, na forma do artigo 22, § 2º da Lei n. 8.666/93, exige o cadastramento prévio até o terceiro dia anterior a licitação. Veja-se:

Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Sobre o tema, decidiu o TCE/MG:

Processo Administrativo. Prazo mínimo para a efetivação do cadastro na tomada de preços. “Por fim, em relação à efetivação do cadastro de uma das empresas licitantes ter ocorrido no mesmo dia do julgamento do certame, tal procedimento contrariou o disposto no §2º do art. 22 da Lei n.º 8.666/93 (...). **Como se vê, o referido parágrafo prevê o prazo de três dias antes da data de recebimento das propostas, para cadastramento dos interessados na modalidade de licitação Tomada de Preços.** Neste caso, não poderia considerar esta uma falha meramente formal, pois, diante de várias empresas cadastradas, a vencedora não pertencia aos registros municipais tratados pelo citado §2º do art. 22 da Lei das Licitações. Portanto, a admissão de empresa licitante, fora do prazo previsto na Lei n.º 8.666/93, influenciou diretamente no resultado da Tomada de Preços, uma vez que a empresa extemporaneamente cadastrada foi, justamente, vencedora do certame”. (Processo Administrativo n.º 690536. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 31/07/2007)

Diante de tal cenário, entendo que deve ser mantida a inabilitação do licitante **ECOSSISTEMA CONSULTORIA AMBIENTAL** haja vista que não se dignou o mesmo de proceder ao cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e, em observância aos Princípios Basilares da Licitação, e à legislação de regência, INFORMA que em referência aos fatos apresentados e da análise realizada nas razões e tudo o mais que consta dos autos, opina à autoridade superior competente pela seguinte

decisão: Preliminarmente, CONHECER do recurso formulado pela empresa ECOSSISTEMA CONSULTORIA AMBIENTAL, porém, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, vez que as argumentações apresentadas pela Recorrente não demonstraram fatos capazes de demover esta Comissão da convicção do acerto da decisão tomada na sessão de julgamento no que toca a inabilitação do citado licitante recorrente.

Desta feita, submeto o presente processo à autoridade superior para que profira decisão, salientando que esta é desvinculada deste parecer informativo.

Caratinga/MG, 01 de agosto de 2024.

Bruno César Veríssimo Gomes
Presidente

Membro

Membro